

Repressão e resistência: um panorama da luta indígena pela terra na contemporaneidade

*Guilherme Duarte Figueiredo de Souza**

RESUMO

O presente artigo analisa de maneira crítica a situação agrária no Brasil contemporâneo a partir da perspectiva indígena. Propõe uma reflexão sobre a conjuntura de repressão dos movimentos indígenas, a participação ou omissão do Estado brasileiro e seu protagonismo enquanto instituição autoritária no processo de subtração de direitos dessas comunidades. Tal quadro se observa de maneira complexa no contexto da divisão internacional do trabalho na qual o Brasil se insere enquanto um dos principais exportadores de produtos agropecuários do mundo. Essa façanha, é alcançada através do avanço dos latifundiários sobre qualquer fronteira, levando a natureza e as populações tradicionais e camponesas à miséria. Lançando mão da repressão física, política e midiática deixam as suas vítimas uma única alternativa: resistir.

Palavras-chave: Agronegócio, indígenas, reforma agrária, bancada ruralista

ABSTRACT

The present article analyzes on a critical way the rural situation on contemporary Brazil from the indigenous perspective. It proposes a reflection about the conjuncture of repression of the indigenous movements, the participation or omission of the Brazilian State and its central role as an authoritarian institution on the process of subtracting traditional community's rights. Such scenario is observed in a complex form in the context of the International Labor Division in which Brazil introduces itself as one of the major exporters of agricultural and livestock products of the world. Such achievement, is reached through the advance of large landowners over any frontier, taking nature, traditional and peasant populations to misery. They make use of physical, political and mediatic repression leaving to their victims one alternative only: to resist.

Keywords: Agrobusiness, indigenous, land Reform, ruralist caucus.

* Estudante de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Franca. E-mail: duartex_15@hotmail.com

Introdução

A história do Brasil tem em seu capítulo inicial a questão indígena como alicerce constituinte fundamental da sociedade que, influenciada sob uma perspectiva cultural, social, política ou econômica dessas comunidades, viria a se desenvolver. Ao longo de quinhentos e dezessete anos, as relações de poder desenvolvidas no país sofreram significativas mutações atreladas e dependentes de seu momento histórico. As múltiplas variáveis de distintas categorias agregadas ao complexo panorama do desenvolvimento do modo de produção na qual se encontrava inserido o país em cada respectivo momento, contribuem para ampliar a complexidade da análise interpretativa que tanto fascina antropólogos, sociólogos ou economistas que buscam, na história, ferramentas para uma melhor compreensão do presente.

Entre idas e vindas da formação do Brasil, passando por cada estágio, cada revolta, golpe, crise ou revolução, o olhar atento capta um elemento que parece constante, deveras ignorado e tratado com indiferença, hora catalisado, hora deixado à natural ação da entropia social: o massacre, a perseguição, a repressão e o ímpeto em se exterminar as comunidades indígenas, que persiste sendo uma chaga aberta no seio da história brasileira.

Este trabalho faz uma análise geral dos últimos anos de perseguição aos quais diversos grupos têm sido submetidos em detrimento da concentração de terras, da expansão das fronteiras agropecuárias e do enriquecimento de uma parcela diminuta, ainda que extremamente privilegiada da sociedade brasileira. Os latifundiários, que têm na bancada ruralista presente no congresso, no senado e, atualmente inclusive na presidência da república, sua expressão máxima de poder, articulam-se em um processo de busca pelo controle totalitário das terras produtivas do Brasil e pela expansão de suas fronteiras, seja sobre a Amazônia, sobre a caatinga ou o cerrado respeitando apenas seu insaciável apetite pelo processo de acumulação e reprodução de capital. Acobertados pela cumplicidade da grande mídia, esses poucos indivíduos parecem gozar de total imunidade e impunidade, características de um sistema político que, em sua construção, implementação e, sobretudo prática, nunca deixou de ser colonial.

As estatísticas sanam qualquer dúvida, o povo indígena é vítima de um genocídio compulsório há mais de meio milênio, as comunidades tradicionais que outrora existiam mantendo e reproduzindo suas estruturas produtivas, sociais e culturais encontram-se atualmente à beira do colapso. Longe de defender sem quaisquer ressalvas

a totalidade dos indivíduos que habitaram ou habitam o país pelo simples fato de serem indígenas, esta abordagem desenha um quadro das assimetrias presentes nas fronteiras mais isoladas e desconhecidas do Brasil, onde impera uma lei apenas, a lei do mais forte. Nesse contexto, pode-se observar que tanto indígenas quanto quilombolas, sem-terra e outras identidades que buscam os acessos aos meios de produção de sua subsistência na terra, encontram-se no lado do elo mais fraco da equação pagando, não raramente com suas vidas o preço da exclusão, da marginalização e da reprodução de sua inexistência histórica perante uma sociedade que os objetifica enquanto produtos de alto valor turístico ou decorativo enquanto os condena, através de sua alienação, ao desaparecimento em um movimento que solapa a diversidade cultural e humana não apenas do Brasil como do mundo.

Em uma tentativa de trazer à superfície um debate sumariamente ignorado nos veículos tradicionais de comunicação, foi feita uma análise de dados a partir de diversas reportagens e relatórios disponibilizados a partir do observatório on-line “De olho nos ruralistas”, aqui apresentados de maneira unificada e inter-relacionada sob a forma de uma compilação de diversas movimentações dos ruralistas, do Estado brasileiro e dos indígenas envolvidos nas inúmeras situações de conflito das quais são vítimas. A partir de análises estatísticas o que se busca realmente é mostrar a disparidade de forças desses conflitos, a participação do Estado no cumprimento (ou não) de seu dever fundamental de oferecer proteção e garantias constitucionais aos seus cidadãos e cidadãs e, por fim, oferecer uma reflexão sobre a resiliência e, sobretudo a força de resistência desses povos, produto de mais de quinhentos anos de exploração.

A história é cíclica

Diferentemente do que se pode supor quando se tem acesso aos meios de comunicação em massa, toda a formação política administrativa formal que se estabeleceu no Brasil, desde a colônia, passando pelo império à independência, a Era Vargas, ditaduras até o momento presente, manteve relações com as comunidades indígenas e tradicionais que em pouco ou nada alteraram a realidade desses povos. *Mutatis mutandis* as estruturas produtivas das quais são vítimas mantêm suas características principais com notável semelhança às do passado.

O Brasil apresenta-se como um importante produtor e exportador de *commodities* agrárias, entendidas como

“ [...] qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em sua forma natural que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional. ”
(DELGADO, 2009. P.128.).

Fazendo uso de suas substanciais vantagens competitivas para a produção das mesmas no intuito de abastecer o mercado externo. Do Pau-Brasil à cana-de-açúcar ou ao café chegando finalmente à carne, milho e soja, determinadas particularidades parecem impulsionar o país cada vez mais no que pode ser compreendido como o processo da divisão internacional do trabalho. Tom Bottomore afirma que “Marx define a divisão social do trabalho como ‘a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil que diferem em gênero, ordem, espécie e variedade’ ” (BOTTOMORE, 1998, p. 112), ou seja, as diferentes características produtivas de determinados elementos constituintes do modo de produção contribuem para uma especialização que por sua vez relaciona-se com as demais completando a estrutura produtiva que será levada à troca e todas as complexas relações que disso decorrem. A partir daí, pode-se compreender a divisão internacional do trabalho como o mesmo processo de especialização produtiva, agora na esfera internacional, que tem como atores os Estados e as respectivas entidades produtivas que abarcam.

Para chegar a esse cenário foi de fundamental importância articular as estruturas produtivas para responder às demandas externas de maneira eficiente e competitiva, para tal, era necessário aumentar a produtividade a qualquer custo. Acontece que quando se trata da produção agrária (setor no qual o Brasil é tradicionalmente especialista), aumentar a produtividade segundo o modo colonial e quase feudal do país significou, e significa ainda hoje, ampliar a quantidade de terras agricultáveis que historicamente pertenceram à elite econômica do país, primeiro aquela oriunda do Brasil colônia, hoje através de novos grupos de personagens que desenvolvem a agropecuária como uma extensão quase normal das atividades geradoras de lucro da burguesia.

Esse processo histórico de concentração de terras, tem sua origem na própria concepção do país. Na época da colônia, predominou no Brasil um sistema de distribuição de terras que funcionava a base de concessões das chamadas sesmarias, um sistema já presente em Portugal que consistia na doação de terras a pessoas que

detivessem recursos financeiros suficientes com o compromisso de torna-las produtivas sob pena de desapropriação das mesmas em caso contrário. (MEDEIROS, 2012. p.445-450). Esse modelo que imperou até a independência do país, quando da aprovação da Lei de Terras, assentou a estrutura fundiária em um formato caracterizado por grandes propriedades de terras manejadas a base de uma abundante mão de obra escrava e produção voltada para o mercado externo. A partir desse momento, essas grandes propriedades, agora entendidas como *latifúndios* irão consolidar-se até 1964 quando o golpe e, posteriormente, a ditadura militar promulgariam o Estatuto da Terra que, pela primeira vez, caracterizaria as propriedades de terras de maneira específica de acordo com suas dimensões e propunha, inicialmente, um plano de reforma agrária que buscasse reduzir as disparidades nos sistemas produtivos bem como no tamanho das propriedades sendo, esse último, entendido como um grande fomentador de tensões sociais. (Ibidem). O regime militar, contudo, estava diretamente relacionado e financiado por setores da população que se articulavam e fundiam com os interesses dos grandes proprietários de terras, tendo sido o plano de reforma agrária sucateado e finalmente extinto. Some-se a isso o intenso processo de industrialização e mecanização da agricultura proposta pela Revolução Verde, ao sistemático êxodo dos trabalhadores rurais e pode-se observar a consolidação do latifúndio enquanto principal formato caracterizador da estrutura fundiária do país. Seria apenas em 1988 com a nova Constituição do Brasil que o debate voltaria a entrar em pauta, resgatando certos aspectos promissores do Estatuto da Terra e determinando certas bases que estabeleciam a desapropriação de terras e um novo plano de reforma agrária, mas que levou, em face as pressões da União Democrática Ruralista, UDR, a uma relativização por vezes improdutiva de conceitos como “produtividade” ou “função social” das propriedades de terras que doravante não mais seriam especificamente denominadas como latifúndios se não apenas como “grandes propriedades de terras”. (Ibidem.)

No meio do caminho, entretanto, estavam as comunidades indígenas. Estavam porque desde o contato inicial com os colonizadores portugueses, o que se observou foi o desenvolvimento das práticas de escravidão, exploração e genocídio. Apesar de ser difícil contabilizar os números na época, “De uma estimativa de mais de 2.000.000 índios para o século XVI (...), chegou-se em 1998 a um total de 302.888 índios, considerando as pessoas que vivem nas Terras Indígenas. ”¹. Estranhos em sua própria

¹ Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia->

terra, os indígenas têm sido capazes de resistir às mais distintas formas de tentativa de extermínio sendo contabilizados no ano de 2010 em 896,9 mil pessoas.²

É desse choque que deriva a grave situação agrária atual. Trata-se de um conflito de paradigmas onde por um lado têm-se a compreensão de que a terra é provedora de alimentos, medicina e parte substancial de diversas culturas e, por outro, a visão da terra como um produto de investimento, cujo valor é diretamente proporcional à quantidade de lucros que ela pode gerar. A primeira é produto de uma concepção holística e ancestral desenvolvida no continente americano a centenas de anos, sendo capaz de prover para as mais distintas comunidades todos os elementos necessários para sua reprodução material e cultural. A segunda, deriva de uma visão utilitarista, mecanicista e depreciativa da terra sendo esta última compreendida apenas como um instrumento gerador de riquezas, uma variável da qual se é necessário dispor em uma equação cujo produto final buscado deve ser sempre o lucro.

Se de um lado as culturas indígenas do Brasil mantinham cultivos caracterizados de maneira geral pela grande agro biodiversidade voltada à subsistência com cultivos como a mandioca, “o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas” (RIBEIRO, 1995, p.32), o agronegócio passa a assumir cada vez mais a forma ditada pela Revolução Verde compreendida como

“O período que compreende as quatro últimas décadas do século XX, em que o Estado direcionou suas estruturas e recursos de assistência técnica, pesquisa, ensino e crédito agropecuários para a difusão de pacotes tecnológicos formados por adubos sintéticos, agrotóxicos, sementes melhoradas, irrigação e moto-mecanização. Foi o período de difusão das monoculturas e da especialização produtiva.”

(PETERSEN *et al*,2009. p.27)

Essa especialização, ao contrário do que se pensa, não vem para aumentar a produção de alimentos ou para satisfazer as demandas de um mercado interno, ela é majoritariamente voltada à exportação de grãos que servirão principalmente como ração para animais de grande porte ou para a produção de biocombustíveis. A Revolução

indigena/os-numeros-da-populacao-indigena>. Acesso em: 01/02/2017

² Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/governo/2015/04/populacao-indigena-no-brasil-e-de-896-9-mil>>. Acesso em: 01/02/2017.

Verde teve também importante contribuição no processo de concentração de terras observado no Brasil a partir da década de 50 quando expôs pequenos proprietários de terras a uma realidade competitiva amplamente desfavorável. Ao ter que disputar com grandes latifúndios altamente mecanizados e que gozavam de políticas de crédito facilitadas e incentivadas pelo governo militar, os pequenos produtores viam-se obrigados a buscar empréstimos insustentáveis que terminavam por converter-se em dívidas que, por sua vez, eram pagas com a venda das terras para os grandes produtores que abocanharam pouco a pouco, a grande maioria das pequenas propriedades de terras. Esse quadro se agrava ainda mais a partir da década de 90 quando os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) passam a ser introduzidos, primeiro discretamente e, a partir de 2005, com a criação da Comissão Técnica Nacional para a Biossegurança (CTNBio) de maneira escancarada e desenfreada, na agricultura brasileira; os OGM e os novos pacotes de agrotóxicos e sementes necessários para sua implementação consolidaram-se praticamente como uma segunda Revolução Verde aprofundando o quadro acima descrito com o agravante multiplicado da destruição e poluição ambiental.

É, portanto esse choque, esse embate que colocará os indígenas a mercê da violência do agronegócio. De um lado povos marginalizados, pobres e silenciados buscando sua sobrevivência e a de sua cultura, do outro, o agronegócio que faz da terra sua fábrica de dinheiro, ocupa posições políticas importantes e tem a mídia como aliada ocultando-se através da imagem de que exportar é crescer e de que em algum momento, o crescimento do campo será benéfico para a população em geral. Como mediador, o Estado que acaba servindo como instrumento aos poderosos e parece decidido a reproduzir a inexistência dos excluídos.

Repressão

A constituição do Brasil de 1988 em seu capítulo VII artigo 231 dispõe que

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

1. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as

imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

2. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes.

3. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados das lavras, na forma de lei.

4. As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.”

(BRASIL. Constituição. 1988).

A partir daí pode-se afirmar o claro dever do Estado em proteger e resguardar não somente os indivíduos que compõe as comunidades indígenas quanto seu modo de vida, sua cultura e todas as relações, mesmo as mais subjetivas, que disso derivam. Entretanto nos últimos anos o que se viu foi o oposto. Governos cada vez mais displicentes para com os indígenas acabaram por aliar-se à bancada ruralista com o único objetivo de manter-se no poder. O sucateamento das instituições indigenistas como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a burocratização excessiva e letárgica dos organismos de reforma agrária como o Instituto Nacional para a Colonização e a Reforma Agrária, o INCRA, acabaram por isolar e enfraquecer cada vez mais a unidade da luta indígena pelos seus direitos fundamentais resultando, por exemplo, na preocupante estatística divulgado pela Associação Juizes para a Democracia (AJD), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pela Foodfirst Information and Action Network (Fian Brasil) e pela Justiça Global em seu “Relatório para a ONU sobre a situação dos indígenas no Brasil” que aponta que das 1.113 terras em processo de demarcação no ano de 2016, apenas 35% foram devidamente concluídas e registradas como mostra a tabela³ abaixo.

³ Elaboração própria adaptada. Informações disponíveis em:
<http://ajd.org.br/documentos_ver.php?idConteudo=224>. Acessado em: 03/02/2017

Situação Geral das terras indígenas no Brasil.	Quantidade	%
Registradas (Demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço do Patrimônio da União)	398	35,75
Homologadas (com decreto do Presidente da República e aguardando registro)	15	1,34
Declaradas (com Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, e aguardando demarcação)	63	5,66
Identificadas (analisadas por Grupo Técnico da Funai e aguardando decisão do Ministro da Justiça)	46	4,13
A identificar (incluídas na programação da Funai para identificação futura)	175	15,72
Sem providências (terra que não consta na listagem da Funai para realização de estudo – reivindicada pela comunidade)	349	31,35
Reservadas ou Dominiais (de propriedade de comunidades indígenas)	61	5,48
Com Restrição (terra que recebeu portaria do presidente da Funai restringindo o uso da área ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai)	6	0,56
Total	113	100

Esse fato torna-se preocupante quando se observa que a falta de efetividade nas demarcações das terras indígenas ou sua inexistência contribuem para o quadro de violência sistemática ao qual são submetidas essas comunidades. Quando não dispõe de

um território próprio com limites claramente definidos e assegurados pelo Estado, os indígenas ficam constantemente a mercê do avanço sobre suas terras por parte do agronegócio e do latifúndio (não faltam, contudo, casos registrados em que isso ocorre mesmo havendo demarcação de terras reconhecidas.), é nesse momento que se observa centenas de casos de ataques de pistoleiros que não raramente assassinam lideranças e destroem a pouca terra de que essas comunidades dispõe para o cultivo de sua subsistência. O relatório afirma ainda que

“Segundo dados do CIMI, da SESAI e do Dsei-MS, entre 2003 e 2015 um total de 891 indígenas foram assassinados no Brasil; cerca de metade deles (426, ou 47%) somente no estado do Mato Grosso do Sul. Isto representa, em outras palavras, 426 (quatrocentos e vinte e seis) indígenas mortos nos últimos anos somente em um dos estados da federação brasileira.”⁴

É no sentido de lutar por memória e justiça diante do genocídio do qual são vítimas os povos indígenas que a fundação Rosa Luxemburgo em parceria com Armazém Memória e InfoAmazonia desenvolveram o CACI, um sistema on-line que traça uma cartografia dos ataques contra indígenas desde 1985 até 2015. Segundo a própria organização, faltam dados para serem agregados ao sistema, mas a contribuição é imensurável ao tratar caso por caso as centenas de pessoas assassinadas em todo território nacional.



(Imagem 1: Cartografia dos ataques contra indígenas reúne casos em todas as regiões do país. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/wp-content/uploads/2016/10/caci01.jpg>>)

⁴ Disponível em: <http://ajd.org.br/documentos_ver.php?idConteudo=224> Acesso em: 06/02/2017

Não bastassem as atrocidades cometidas pelos ruralistas, eles ainda gozam de ampla impunidade, terceirizam os ataques às comunidades indígenas blindando-se de qualquer represália da lei que, por sua vez, manifesta pouco ou nenhum interesse em cumprir seu papel.

Quando se fala em leis fala-se em poder legislativo, e é nesse campo onde se manifesta a mais grave forma de repressão e de caça às comunidades tradicionais. Costumeiramente presentes como verdadeiros protagonistas do interesse privado, a Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como Bancada Ruralista, faz questão de manipular o poder público segundo seus interesses. Seja através do lobby no congresso nacional ou no senado, seja através de sua própria manifestação política através de grandes latifundiários que compõe tais espaços, os ruralistas organizam-se para cada vez mais solapar os direitos indígenas. Escondidos através da retórica de que é o agronegócio que traz fontes significativas para o PIB, utilizam-se de seus outros aparelhos ideológicos como a grande mídia para colocarem-se no papel de vítimas das “invasões” de índios que atrapalham, supostamente, aqueles que só querem trabalhar. Esse tipo de postura fica claro em momentos como, por exemplo, o “leilão da resistência”, uma iniciativa de latifundiários que em 2013 foi capaz de arrecadar 640,5 mil reais que seriam destinados ao combate aos “ataques indígenas” em suas tentativas de ocupação de terras. (CASTILHO, SANCHEZ, 2016).

Se os ruralistas sempre foram presentes enquanto entidade política no Brasil, é a partir do final do governo Dilma (PT) que o maior avanço dessa classe é observado. Dilma Rousseff foi, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) a presidenta que menos demarcou terras indígenas⁵. Tendo como ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em seu segundo mandato a ex-presidente da Bancada Ruralista Kátia Abreu, é somente nos momentos finais de seu mandato que volta sua atenção para a questão indígena. A partir, então, do golpe que destituiu, oficialmente, a presidenta eleita em 31 de agosto de 2016, o agronegócio ganhou a força e a legitimidade que faltava para levar a cabo sua investida mais recente contra os indígenas. Logo que assumiu o cargo, ainda como presidente interino, Michel Temer (PMDB) deixa claro ao que veio tendo sido, ele mesmo, investigado por crime ambiental referente a terras em Alto Paraíso, GO⁶. Dos 23 ministros escolhidos logo após a destituição de Dilma,

⁵ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-a-presidente-que-menos-demarcou-terras-indigenas-diz-relatorio-do-cimi-13286490>> Acesso em: 06/02/2017

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1211200812.htm>> Acesso em: 06/02/2017

dezoito eram milionários que declararam a maioria de seus bens oriunda do setor rural (CASTILHO,2016). Dentre eles figura Blairo Maggi, um dos mais proeminentes produtores de soja do mundo cuja fortuna é estimada ao redor de 3,86 bilhões de reais.⁷ Outro personagem do governo Temer que merece destaque é Eliseu Padilha, o ministro chefe da casa civil chegou a ter dezoito armas de fogo, bem como funcionários em condições de trabalho análogas à escravidão, encontradas pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso em dezembro de 2016 quando cumpriam um mandato de busca e apreensão em algumas de suas fazendas (AMENI, 2016). Padilha é ainda um dos principais idealizadores de um projeto político que promete afrouxar as leis referentes às compras de terras por estrangeiros através de Medida Provisória, uma iniciativa tida como entreguista a serviço do capital internacional.

Apesar das violentas estruturas de repressão física e da impunidade de que gozam seus autores, o ponto talvez mais preocupante da política de extermínio indígena é aquela institucional que, cada vez mais impossibilita o cumprimento dos direitos constitucionais dos indígenas. Uma delas é o corte de 80 milhões de reais nos últimos quatro anos no orçamento da FUNAI, atingindo sob o governo Temer seu menor índice nos últimos dez anos⁸. Outra é a CPI da FUNAI/INCRA lançada em 2015 com o objetivo de “rever” laudos antropológicos que possibilitaram ou possibilitariam demarcações de terras indígenas⁹, o que significa, na prática, a inviabilização das mesmas. Há nesse sentido ainda a Proposta de emenda à constituição, PEC 215 que tem o intuito de transferir a aprovação e regulamentação das demarcações das terras indígenas para o congresso nacional, que se apresenta como uma extensão em si mesmo dos latifúndios dos ruralistas. É, contudo, do então ministro da justiça Alexandre Moraes (PSDB) a maior investida contra os direitos às demarcações de terras dos povos tradicionais através da portaria nº 80 de janeiro de 2017 que determinava a criação de um “Grupo Técnico Especializado” atribuindo-lhe a

“I – declaração, mediante portaria, dos limites da terra indígena e determinar sua demarcação;

II – prescrição das diligências que julgue necessárias, as quais deverão ser cumpridas no prazo de noventa dias; e

⁷ Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/01/11/justica-do-mt-bloqueia-01-do-patrimonio-de-blairo-maggi/>> Acesso em: 09/02/2017.

⁸ Disponível em <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/09/09/orcamento-da-funai-cai-de-r-190-milhoes-para-r-110-milhoes-em-quatro-anos/>> Acesso em: 07/02/2017

⁹ Disponível em: <<https://oindigenista.com/2015/10/29/apos-comissao-da-pec-215-ruralistas-querem-palco-com-cpi-da-funai-e-incra/>> Acesso em 09/02/2017

III – desaprovação da identificação e retorno dos autos ao órgão federal de assistência ao índio, mediante decisão fundamentada, circunscrita ao não atendimento disposto no § 1º do art. 231 da Constituição e demais disposições pertinentes.”

Essa iniciativa que praticamente excluía as organizações indígenas de sua participação no processo deixando-as sem qualquer tipo de voz quanto as suas reivindicações, desmascara finalmente os objetivos do governo Temer. Embora a FUNAI componha o GTE isso não garante participação popular uma vez que essa instituição é diretamente ligada ao Governo Federal, sendo seu presidente indicado pelo próprio presidente da república. Frente uma série de protestos de movimentos indigenistas e de juristas, o Ministério Público Federal acabou revogando a portaria por reconhece-la como inconstitucional¹⁰. O GTE foi mantido.

Um exemplo da delicada relação da FUNAI com os indígenas e que aponta outro provável conflito de interesse foi a nomeação em novembro de 2016 de um coronel do exército e ex-fazendeiro para o cargo de coordenador regional justamente do Mato Grosso do Sul, o estado com maiores índices de assassinatos e violência contra indígenas¹¹. É nesse estado onde a etnia Guarani Kayowaa vem sofrendo ataques sistemáticos por parte de fazendeiros. O líder indígena Simão Guarani Kayowaa chegou inclusive a denunciar durante entrevista concedida ao observatório “De Olho nos Ruralistas”¹², um corte de 43% durante o governo Temer nos recursos da FUNAI atingindo diretamente o fornecimento de cestas básicas e sementes para as comunidades;

Uma outra ação no processo de militarização da instituição foi a nomeação de Franklimberg Ribeiro de Freitas, general do exército brasileiro indicado para o cargo de Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Evangélico, o general foi designado a partir de pressões do Partido Social Cristão (PSC) que há tempos demonstra interesse na questão agrária e agora emite a conta a ser paga por sua participação e apoio ao golpe. Quanto ao INCRA, outra entidade de significativa importância na questão agrária do Brasil, a situação torna-se ainda mais alarmante quando em janeiro de 2017 assume como diretor geral da instituição Clóvis Figueiredo Cardoso (PMDB)

¹⁰ Disponível em <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/02/04/o-pastor-o-grileiro-e-o-general-as-estrategias-do-governo-temer-para-desmontar-o-incra-e-funai/>> Acesso em 10/02/2017.

¹¹ Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/11/10/funai-nomeia-um-coronel-fazendeiro-para-coordenacao-de-campo-grande/>> Acesso em 09/02/2017.

¹² Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/12/15/funai-corta-cestas-basicas-e-sementes-de-guarani-kaiowa-diz-lideranca-no-ms/>> Acesso em: 09/02/2017

que chegou a ser réu por envolvimento em um complexo esquema de fraudes de desapropriação de terras (grilagem) no Mato Grosso (AMENI,2017).



(Imagem 2: Comunidades indígenas em protesto contra a PEC 215 em Brasília. Disponível em:

<http://www.greenpeace.org/brasil/ReSizes/Large/Global/brasil/image/2013/Dezembro/_MG_7597.jpg>).

O boicote à FUNAI e ao INCRA, a PEC 215, a CPI da FUNAI/INCRA, as nomeações de ruralistas para chefia de cargos de interesse indígena, a violência sistemática, os assassinatos, a repressão do Estado e dos fazendeiros, todos esses e inúmeros outros fatores constroem a história do Brasil enquanto um dos países que aponta maior índice de violência no campo. Some-se a isso a completa omissão, quando não o acobertamento dos crimes cometidos pelos ruralistas que dá a mídia e observa-se o panorama que não poderia receber outro nome que não genocídio. Forçados a viver na beira das estradas em condições sub-humanas de pobreza e precariedade, é notável que os indígenas continuem vivos, articulando-se e lutando a cada dia por um direito que, na verdade, precede a própria existência do Estado brasileiro que faz questão de santificar seus alagoes sob a farsa de que “o agro é pop” e subjuga milhares de pessoas a um quadro de verdadeira produção da inexistência histórica.

Resistência

Os índices tratados acima, juntamente com a condição que parece se agravar

mais a cada dia no país as quais são submetidos os indígenas, teriam tudo para sugerir a provável extinção desses povos, e assim seria, não fosse sua estarrecedora capacidade de resistência, de articulação e de empenho em sobreviver. Apesar de todos os ataques, assassinatos, estupros, queimadas, reintegrações de posse, cortes na assistência e projetos de lei que os prejudicam, o que se observa cada vez mais é a coragem, a resiliência e a capacidade de articulação desses povos. Para a execução desse trabalho foi fundamental a análise de dados através de uma série de periódicos livres e independentes que se dedicam a mostrar na íntegra a violência a qual estão submetidas as comunidades tradicionais do Brasil. Nesse sentido, o monitoramento da equipe do observatório do agronegócio “De olho nos ruralistas” foi fundamental e presta um enorme serviço aos indígenas ao fazer questão de dar voz a quem não tem e de criar espaços onde não há. A presença do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em sua sistemática elaboração de relatórios profundos e completos denunciando os abusos e assassinatos, bem como a omissão ou repressão do Estado sobre essas comunidades, é mais um dos muitos, ainda que poucos, aliados da causa indigenista.

Além das costumeiras ocupações dos seus territórios tradicionais, das manifestações e protestos em Brasília, das ocupações das sedes da FUNAI e do combate frente os ataques de pistoleiros e fazendeiros, a resistência indígena tem se diversificado por considerar como elemento fundamental em sua luta, o acesso a informação, ao registro e divulgação de toda forma de violência e repressão da qual são vítimas. É nesse sentido que iniciativas como a Rádio Yandê que tem como “objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet”¹³ se apresentam. A rádio, que conta ainda com uma série de reportagens em sua seção “Blog”, quase todos escritos por indígenas, é um esforço em se divulgar as culturas indígenas brasileiras, mais além do enfoque na violência e na repressão. É uma alternativa aos veículos tradicionais de comunicação que trata dos temas mais diversos, desde a participação das mulheres na luta indígena, passando por temas como etnobiologia ou etnomedicina até questões como educação superior indígena e Direitos Humanos. Há ainda um projeto de se criar a NativeFlix, um canal televisivo que tratará da temática e da cultura indígena sob a perspectiva dos mesmos.

Uma outra forma de representação e de busca de espaço para as comunidades indígenas foi o projeto Vídeo nas Aldeias, que teve como objetivo “apoiar as lutas dos

¹³ Disponível em: <<http://radioyande.com/>> Acesso em: 10/02/2017

povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os povos indígenas com os quais o VNA trabalha. ”¹⁴. De iniciativa do cineasta Vincent Carelli, o projeto que realizou mais de 70 filmes tendo recebido diversos prêmios a nível nacional e internacional desde 1986, deixará de existir em breve tendo em vista o corte no investimento do ministério da cultura da qual dependia. Suas contribuições, contudo, ficarão marcadas como uma iniciativa notável de integração e resistência através da arte e do direito à comunicação.

Mesmo na esfera da política institucional, os indígenas começam a ganhar cada vez mais espaço e representatividade. Exaustos de ter seu futuro e sua existência nas mãos de indivíduos que pouco ou nada conhecem sobre suas culturas, história e demandas- quando não estão comprometidos com seu extermínio- representantes de diversas comunidades tradicionais tem, cada vez mais, se comprometido com a luta e a disputa pelo poder público, uma iniciativa que pouco a pouco começa a apresentar resultados positivos. De acordo com a pesquisa realizada pela Rádio Yandê e por “De Olho nos Ruralistas”, nas eleições de outubro de 2016 por exemplo, foram eleitos 117 candidatos indígenas para cargos de vereador nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste contra 89 no ano de 2012¹⁵. Histórica também foi a vitória de três candidatos indígenas para a prefeitura em dois municípios do Amazonas e um de Minas Gerais¹⁶. São resultados como esses que plantam sementes de esperança em todos aqueles e aquelas envolvidos e comprometidos com a causa indígena.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=1>> Acesso em: 10/02/2017

¹⁵ Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/10/05/pt-e-psdb-elegem-mais-veredores-indigenas-pelo-pais/>> Acesso em: 15/02/2017

¹⁶ Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/10/03/norte-nordeste-sudeste-e-centro-oeste-elegem-candidatos-indigenas/>> Acesso em: 15/02/2017.



(Imagem3: Criança indígena sorri para foto na região Norte do Brasil. Disponível em:
<<http://www.cookie.com.br/site/wp-content/uploads/2014/04/crian%C3%A7a-ind%C3%ADgena.jpg>>)

Conclusão

A questão indígena apresenta notável complexidade, são diversos elementos que combinam, interagem e disputam entre si elementos distintos, alguns tão objetivos como a extensão de um território, um projeto de lei, um decreto. Outros completamente subjetivos como a noção de identidade, a relação entre espaço e cultura, o conceito de ancestralidade, todos sujeitos a análises que não raramente incorrem em interpretações etnocêntricas da realidade.

Ao mesmo tempo, o embate, a disputa por territórios e pelo direito ao cultivo e aos meios de produção é explicada de maneira simples pela interpretação da história como um processo movido a constantes choques e luta entre classes. Nesse caso elas se apresentam como os ruralistas, os latifundiários, detentores do capital, dos aparelhos ideológicos de Estado e dos veículos de comunicação de massa, contra os trabalhadores do campo, os pequenos produtores, os sem-terra, os quilombolas, os indígenas. No Brasil essa luta se dá num cenário onde 45% de toda a área rural do país encontra-se concentrada nas mãos de 0,96% dos grandes proprietários de terras segundo relatório divulgado pela *Oxfam*. O restante é dividido em pequenas e médias propriedades que, de acordo com levantamento realizado por pesquisadores da UFPB e USP, são comprometidas com a produção de mais de 70% do alimento consumido no país e

responsável por empregar mais de 12,3 milhões de pessoas no campo¹⁷.

Essa realidade díspar se dá perante um Estado que quando não se omite, é cúmplice dos algozes daqueles que tem na terra e no suor, seu meio de subsistência. Este trabalho procurou trazer à tona alguns dos casos mais recentes na tentativa de se desenhar um panorama da repressão e da resistência dos indígenas do Brasil. Que não fiquem enganados, essa realidade há sido a mesma, cada qual a seu modo, em todo o território americano ao longo de cinco séculos de colonização e exploração seguindo a lógica denunciada pelos indígenas mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional em sua máxima “Para todos todo, nada para nosotros”. O intuito foi, portanto, o de agregar este modesto elemento aos tantos que se unem na luta por resistência, democracia, igualdade, liberdade e justiça.

18

Referências Bibliográficas.

AMENI, Cauê. No Mato Grosso, 18 armas, trabalho escravo e desmatamento: MP x Eliseu Padilha. *De Olho nos Ruralistas*. São Paulo. 07/12/2016.

AMENI, Cauê. O pastor, o grileiro e o general: as estratégias do governo Temer para desmontar o Incra e a Funai. *De Olho nos Ruralistas*. São Paulo. 04/02/2017.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 1983. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.112

BRASIL, Constituição. Brasília, 1988.

CASTILHO, Alceu. Ministros de Temer possuem R\$ 200 milhões e 250 mil hectares. *Outras Palavras*. São Paulo. 12/05/2016

CASTILHO, Alceu; SANCHEZ, Izabela. Algozes de indígenas no MS tentam reeleição no dia 2 de outubro. *De Olho nos Ruralistas*. 28/09/2016.

DELGADO, N.G. *O regime de Bretton Woods para o comércio mundial: origens, instituições e significados*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009. p. 128.

MEDEIROS, L.S. Latifúndio. In: CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (organizadores). *Dicionário da Educação no Campo*. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

PETERSEN, P (org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de

¹⁷ Disponível em: < <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/02/05/camponeses-produzem-mais-de-70-dos-alimentos-diz-estudo/>> Acesso em: 15/02/2017.

Janeiro: AS-PTA, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 1995. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 32.